

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 215.312 - RN (2012/0167785-0)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : VITOR YURI ANTUNES MACIEL E OUTRO(S) - PE022411
AGRAVADO : GENIBALDO GONZAGA DE MEDEIROS E OUTROS
ADVOGADO : ANGELO RONCALLI DAMASCENO SOARES E OUTRO(S) - RN005987

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, contra decisão que não admitiu recurso especial fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, e que desafia acórdão do Tribunal Federal da 3ª Região assim ementado (e-STJ fl. 159):

ADMINISTRATIVO, FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO (FGTS). EXPURGOS INFLACIONÁRIOS DE FEVEREIRO DE 1989 JULHO DE 1990 E MARÇO DE 1991. APLICAÇÃO.

1. A partir da interpretação da Lei n. 7.730, de 31 de dezembro de 1989, feita pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça no REsp 43.055/SP: "se o IPC de janeiro/89 foi de 42,72% e não de 70,28%, como divulgado pelo IBGE, a inflação de fevereiro/89 foi de 10,14%".

2. Em decorrência dessa orientação relativa ao expurgo de janeiro de 1989, as Turmas da Primeira Seção do STJ passaram a entender que, no mês de fevereiro de 1989, o saldo das contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço deve ser corrigido pelo índice de 10,14% (Precedentes: REsp n. 581.855/DF, REsp n. 532.585/MG, EDRESP n. 159.558/PR).

3. Seguindo posicionamento do Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE n. 226.855/RS, em relação aos meses de junho e julho de 1991, o saldo das contas vinculadas ao FGTS deve ser corrigido pela variação nominal do Bônus do Tesouro Nacional (BTN), e no mês de março de 1991, pela Taxa Referencial (TR). Precedente: REsp n. 282.201 /AL.

4. A Lei n. 5.107, de 13 de Setembro de 1966, que criou o FGTS, previu a correção monetária de acordo com os critérios utilizados para o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e a capitalização dos juros pela progressão de 3% a 6% (arts. 3º e 4º). Desse modo, não há diferença de correção monetária, no período de março de 1978 a fevereiro de 1986, porque a legislação aplicável ao FGTS, na época, não previa a incidência dos mesmos índices de correção monetária da poupança.

5. Não há diferença de correção monetária, no período de novembro de 1986. Somente de 1º de dezembro de 1986 a 28 de 1987 é que o saldo das contas vinculadas ao FGTS foi corrigido Preços ao Consumidor (IPC) ou pelas Letras do Banco Central (LBC), o que maior resultado obtiver (art. 12 do Decreto-lei n. 2.284, de 10 de março de 1986, com a redação do Decreto-lei n. 2.311, de 23 de dezembro de 1986).

6. Apelação parcialmente provida.

No especial obstaculizado, a ora agravante apontou violação do art. 17 da Lei n. 7.730/1989, do art. 11 Lei n. 7.839/1989, do art. 17 da Lei n. 8.177/1991, dos arts. 9º e 29-C da Lei n. 8.036/1990 e do art. 24-A da MP 2.180/01, convertida na Lei n. 9.028/1995.

Sustentou que os fundistas não têm direito adquirido à aplicação

de índices de correção monetária com base na inflação real (IPC – índice oficial que media a inflação real), sendo indevida a aplicação dos percentuais de 10,14%, 12,92% e 11,79%, referentes aos meses de fevereiro de 1989, julho de 1990 e março de 1991, conforme decidido pelo Tribunal de origem.

Alegou, ainda, que, na qualidade de órgão gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, não pode ser condenada ao pagamento de honorários advocatícios e demais custas processuais.

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

Dito isso, cumpre registrar que a questão relativa à correção monetária das contas vinculadas ao FGTS, em razão das diferenças de expurgos inflacionários, encontra-se pacificada nesta Corte de Justiça, nos termos da sua Súmula 252, *in verbis*:

Os saldos das contas do FGTS, pela legislação infraconstitucional, são corrigidos em 42,72% (IPC) quanto às perdas de janeiro de 1989 e 44,80% (IPC) quanto às de abril de 1990, acolhidos pelo STJ os índices de 18,02% (LBC) quanto às perdas de junho de 1987, de 5,38% (BTN) para maio de 1990 e 7,00% (TR) para fevereiro de 1991, de acordo com o entendimento do STF (RE 226.855-7-RS).

Sobre o tema, a Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp 1.112.520/PE, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, assentou que a correção monetária das contas vinculadas ao FGTS deve obedecer aos percentuais de: a) junho de 1987 – 18,02% (LBC); b) janeiro de 1989 – 42,72% (IPC); c) fevereiro de 1989 – 10,14% (IPC); d) abril de 1990 – 44,80% (IPC); e) maio de 1990 – 5,38 (BTN); f) junho de 1990 – 9,61% (BTN); g) julho de 1990 – 10,79% (BTN); h) janeiro de 1991 – 13,69% (IPC); i) fevereiro de 1991 – 7% (TR); j) março de 1991 – 8,5% (TR).

O aludido acórdão guardou a seguinte ementa:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA, SUBMETIDO AO REGIME PREVISTO NO ARTIGO 543-C DO CPC E NA RESOLUÇÃO DO STJ N. 08/2008. FGTS. CORREÇÃO MONETÁRIA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. ÍNDICES DE JUNHO/87, JANEIRO/89, ABRIL/90, MAIO/90, JULHO/90 E FEVEREIRO/91. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC. ALEGAÇÃO GENÉRICA. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 284 DO STF. LEGITIMIDADE PASSIVA EXCLUSIVA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO AFASTADO. PRESCRIÇÃO TRINTENÁRIA (SÚMULA N. 210 DO STJ). ÍNDICES APLICÁVEIS. SÚMULA 252/STJ.

(...)

5. Em relação à matéria de fundo, a presente irresignação está centrada no posicionamento adotado pelo Tribunal de origem de que o IPC há de incidir

como índice de correção monetária sobre os depósitos das contas vinculadas ao FGTS, mediante os seguintes percentuais: a) 26,06% (junho/87); b) 42,72% (janeiro/89); c) 44,80% (abril/90); d) 7,87% (maio/90); e) 1,92% (jul/90), e f) 21,05% (fevereiro/91).

6. A questão não enseja maiores indagações diante do emblemático julgamento do RE 226.855/RS pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, Rel. Min. Moreira Alves, DJU de 13.10.2000), e do Resp 265.556/AL, Rel. Min. Franciulli Netto, pela Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, DJU de 18.12.2000, em que se consolidou o entendimento sobre a matéria, o qual foi inserido na Súmula n. 252, verbis: "Os saldos das contas do FGTS, pela legislação infraconstitucional, são corrigidos em 42,72% (IPC) quanto às perdas de janeiro de 1989 e 44,80% (IPC) quanto às de abril de 1990, acolhidos pelo STJ os índices de 18,02% (LBC) quanto as perdas de junho de 1987, de 5,38% (BTN) para maio de 1990 e 7,00% (TR) para fevereiro de 1991, de acordo com o entendimento do STF (RE 226.855-7-RS)".

7. Assim, os acréscimos monetários nas contas vinculadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, nos meses de junho/87, janeiro/89, abril e maio/90 e fevereiro/91 são, respectivamente, 18,02% (LBC), 42,72%, 44,80% (IPC), 5,38 (BTN) e 7% (TR). Enunciado da Súmula 252/STJ.

8. Quanto ao índice atinente ao mês de julho de 1990, firmou-se a jurisprudência desta Corte no sentido de que a correção dos saldos deve ser de 10,79% (BTN). Precedentes: EAg 527.695/AL, Min. Humberto Martins, DJ 12.02.2007; EDREsp 801.052/RN, Min. Herman Benjamin, DJ 15.02.2007.

9. Dessarte, a pretensão deduzida pela Caixa Econômica Federal quanto a exclusão do IPC merece acolhida no que concerne aos meses de julho de 1990, bem como em relação à junho de 1987, maio de 1990, fevereiro de 1991, sendo estes últimos, respectivamente, Planos Bresser, Collor I e Collor II. Nos demais, ou seja, janeiro de 1989 ("Plano Verão") e abril de 1990 ("Plano Collor I"), é devida a aplicação do IPC no percentual fixado pelo acórdão recorrido.

10. Recurso parcialmente provido, no que se refere à não incidência do IPC referente aos meses de junho de 1987, maio de 1990, julho de 1990 e fevereiro de 1991, mantendo-se a utilização dos índices oficiais de correção monetária.

11. Custas processuais e os honorários advocatícios, estes no percentual já estipulado, deverão ser recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados, na forma apurada no juízo da execução (art. 21, caput, do CPC), ressalvada a hipótese de beneficiários da assistência judiciária gratuita. 12. Recurso afetado à Seção, por ser representativo de controvérsia, submetido ao regime do artigo 543-C do CPC e da Resolução 8/STJ.

No caso, em relação à correção monetária das contas vinculadas ao FGTS no mês de fevereiro/89, observa-se que o acórdão recorrido encontra-se em harmonia com jurisprudência desta Corte de Justiça, adotando, pois, o percentual de 10,14%.

Contudo, no que tange aos meses de julho de 1990 e março de 1991, os saldos das contas vinculadas do FGTS devem ser corrigidos, respectivamente, em 10,79% (BTN) e 8,5% (TR), e não pelos índices do IPC, conforme decidiu o Tribuna de origem.

Por fim, o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE n. 581.160/MG, submetido à sistemática da repercussão geral, confirmou o entendimento

adotado na ADI 2.736/DF, na qual se declarou a inconstitucionalidade do art. 29-C da Lei n. 8.036/1990 (incluído pela MP 2.164-41), reconhecendo o cabimento dos honorários advocatícios nas ações que envolvem o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS.

Incide, no ponto, a Súmula 83 do Superior Tribunal de Justiça, aplicável tanto aos recursos interpostos com base na alínea "c" quanto com base na alínea "a" do permissivo constitucional.

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "c", 255, § 4º, I e III do RISTJ, CONHEÇO do agravo para CONHECER PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa extensão, DAR-LHE PROVIMENTO, a fim de adequar os índices de reajuste das contas dos autores vinculadas ao FGTS em 10,79%, relativamente ao mês de julho/90 (BTN), e, em 8,5% (TR), quanto ao mês março/91, compensando-se as parcelas já creditadas. Sem arbitramento de honorários sucumbenciais recursais (art. 85, § 11, do CPC/2015), em razão do disposto no Enunciado n. 7 do STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator